

TRAJETÓRIAS POSSÍVEIS AO ESTUDO DA HISTÓRIA ECONÔMICA: ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS QUESTÕES E AS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS NO BRASIL

Data de submissão: 01/06/2023

Data de aceite: 03/07/2023

Lorena Maria de França Ferreira

Universidade Federal do Maranhão –

UFMA

Parnaíba – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/9548572381548856>

RESUMO: A História Econômica se desenvolve desde o início do século XX nas perspectivas sociais das ciências históricas, teorias e metodologias foram criadas para responder novos questionamentos sociais. Diante disso, este artigo traz algumas trajetórias possíveis pela História Econômica através das bibliografias produzidas no Brasil e no mundo, as quais apontam as mudanças das produções historiográficas ao decorrer do século XX, onde novas abordagens possibilitaram que a economia fosse percebida para além de números, mas como algo ligado ao social. Para isso se faz uso de apontamentos internacionais como Hobsbawm (2000) e nacionais Cardoso (1987), Barbosa (1988), Barros (2008) Arruda (2008), Flávio Saes (2009), Tomás Szmrecsányi (2004).

PALAVRAS-CHAVES: História. História Econômica. Historiografia. Bibliografia.

POSSIBLE TRAJECTORIES FOR THE STUDY OF ECONOMIC HISTORY: A BIBLIOGRAPHICAL APPROACH TO ISSUES AND HISTORIOGRAPHICAL PRODUCTIONS IN BRAZIL

ABSTRACT: Economic History has developed since the beginning of the 20th century in the social perspectives of historical sciences, theories and methodologies were created to answer new social questions. Therefore, this article brings some possible trajectories through Economic History through bibliographies produced in Brazil and in the world, which point out the changes in historiographic productions during the 20th century, where new approaches made it possible for the economy to be perceived beyond numbers, but as something connected to the social. For this, international notes are used, such as Hobsbawm (2000) and national notes Cardoso (1987), Barbosa (1988), Barros (2008) Arruda (2008), Flávio Saes (2009), Tomás Szmrecsányi (2004).

KEYWORDS: History. Economic History. Historiography. Bibliography.

A HISTÓRIA E A HISTÓRIA ECONÔMICA: DEBATES SOBRE A CIENTIFICIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Nos primeiros anos do século XX a história passou a ser questionada enquanto ciência, quais seriam as suas teorias e metodologias que poderiam a classificar como tal. Diante disso nos anos de 1920 forma-se a Escola dos Annales na França com os seus principais idealizadores Marc Bloch e Lucien Febvre com novas ideias sobre a história e provocaram questionamentos sobre a forma positivista empregada por Langlois e Seignobos. O Positivismo sofreu duras críticas pelo uso excessivo das fontes e por ter como metodologia, pelo menos um ideal, a objetividade na produção da história, o que negava a existência da subjetividade do historiador. Com a Escola dos Annales novas ideias e metodologias foram divulgadas como possíveis dentro do campo histórico, como o uso de diferentes tipos de fontes que não fossem apenas as de destinações políticas produzidas pelos poderes públicos, o que provocaria novos olhares sobre a sociedade e a condução do historiador para um sujeito com suas subjetividades, o que geraria diferente forma de perceber as fontes, as informações, o passado e até mesmo o presente em que se desenvolvia a história.

Cabe aqui destacar que a Escola dos Annales se utilizou de sua força acadêmica para a formação de novas concepções sobre a ciência histórica e a formação de novos profissionais dentro das Universidades. Isso proporcionou debates sobre a história como ciência, em especial ao apontar as antigas concepções positivistas como limitadoras para o seu desenvolvimento o que provocou uma maior inserção nos debates historiográficos pelo mundo.

Questionamentos provocaram inquietações sobre o que seria história dentro do campo das ciências, assim O que realmente seria a ciência história? Deveria ela ser apenas uma reprodutora de informações ou um caminho de compreensão do passado pelo olhar do historiador no presente? O que são as fontes e quais as metodologias para utilizá-las? Quais as informações deveriam ocupar as atenções dos historiadores? Vale ressaltar que essas questões surgiram em um momento de guerras no mundo europeu, em que se questionavam as relações humanas e o desenvolvimento das sociedades, economias e os poderes políticos. O homem passou a ser percebido de formas diversas em que não seria apenas personagem de uma série de acontecimentos, mas a formação da figura do sujeito como atuante.

Dessa maneira podemos trazer para a análise do desenvolvimento da História enquanto campo de conhecimento as contribuições de Cardoso (1987) que trata sobre o desenvolvimento da história social, evidencia que os fundadores da Escola dos Annales colocam o homem e suas atividades como o principal interesse do historiador, onde aconteceu o abandono dos personagens, grandes heróis e a exposição de guerras para se focar no homem em si. Como coloca Lucien Febvre "... o objeto de nossos estudos não

é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado no seio dos grupos de que é membro” (CARDOSO, 1987, p.349). Assim aconteceu cada vez mais o abandono do estudo da política e da economia como conhecimentos que deveriam ser separados do social para uma integração ou interseção entre os conteúdos abordados por historiadores.

Na década de 1950 ocorreu em Roma o X Congresso Internacional de Ciências Humanas em que Ernest Labrousse apresentou o que seria uma história social quantificada, em que apontava como possíveis fontes de pesquisa as fontes eleitorais, fiscais, demográficas e censos militares. Isso possibilitou que as fontes “numéricas”, seriais ou quantitativas tivessem significações para as análises históricas. Percebeu-se que o conhecimento quantitativo e dos dados econômicos seriam indispensáveis para o desenvolvimento do campo da história, no entanto surgiram questões sobre as análises de fontes que estavam sendo produzidas.

Uma das questões sobre a pesquisa em economia veio com as indagações sobre o risco de cometer anacronismo por entenderem que os modelos econômicos poderiam dar as mesmas respostas para questionamentos diferentes sobre as sociedades ocidentais e orientais. Assim Cardoso (1987) aponta que para se entender a história, ela deve ser colocada no seu plano de singularidades sociais. Logo que

para o estudo dos fatos sociais, pelo menos no estado atual da pesquisa, os limites cronológicos devem ser mais restritos. É preciso considerar sempre o espaço de tempo suscetível de ser percebido no curso da vida individual; período que corresponde seja à vida ativa e lucida – isto é, três gerações, ou seja, cerca de um século: pois cada indivíduo se beneficia com a experiência de seus pais e participa dos filhos. Nos países de evolução mais lenta, se as tradições ancestrais perpetuam-se por muito tempo, sem mudanças, talvez seja necessário considerar um lapso de tempo maior, mas isto não modifica os dados do problema: o quadro normal da história social vincula-se a um ritmo ligado ao estado biológico e à civilização que caracterizam o ambiente estudado (CARDOSO, 1987, p. 357)

Houve a aproximação da sociologia do conhecimento que possibilitou uma ligação entre o conhecimento diverso sobre o social pelos historiadores, que passaram a fazer interligações entre as ciências humanas, a antropologia, as ciências econômicas e outras ciências que ampliou o olhar dos historiadores para tudo o que fosse sobre o homem, que tudo deveria ser analisado e compreendido diante das singularidades.

Para o estudo da história se optou, algumas vezes, por uma antropologia econômica em que se questionam as lógicas econômicas e apresentam que existem “hábitos econômicos”. Passou-se a entender a economia como algo ligado ao social em que se pluralizou as possibilidades de análise a partir do entendimento que existem vários pontos unitários e singulares que devem ser analisados. Assim se multiplicaram as formas de racionalizar as sociedades e a economia ao perceberem que as racionalidades singulares sobre as minorias, étnicas e outras, são formas de representar o social que não fosse uma

forma global e genérica.

Desse encontro nasceria, por certo, uma nova História Econômica, que se realizaria no espaço ampliado da dimensão histórica, recuperando a um só tempo a história das relações sociais de produção, da circulação e consumo de mercadorias, do universo mental e simbólico de produtores e consumidores. Um exemplo paradigmático desta possibilidade é a compreensão do consumo na sociedade pósmoderna, a partir do universo simbólico ligado às aspirações sociais. Esta História comportaria múltiplas entradas. Seria indiferente se o historiador partisse das bases materiais ou do universo simbólico, desde que o universal pudesse ser surpreendido no singular, e vice-versa (ARRUDA, 2008, p. 21).

Em uma palestra proferida por Barbosa (1988) em Seminários de Pós-Graduação do Departamento de História da USP em 1988, ele fez algumas considerações sobre a História Econômica, e diante do que já foi abordado até aqui é interessante analisar, logo que os caminhos percorridos pela História Econômica não foram calmos, mas sim cheios de obstáculos que até hoje repercutem na historiografia. Primeiramente que a disciplina se tornou independente entre os anos de 1870 e 1930, como já evidenciado posteriormente com as disputas de poderes acadêmicos e científicos na História. Isso aconteceu com a necessidade de abandonar o “método sincrônico” usado nos clássicos para o estudo de continuidades econômicas nas sociedades.

No entanto, o desenvolvimento da História Econômica teve também suas reações contrárias, nos anos de 1960 na Europa, às correntes neoclássicas e Keynesiana na História quantitativa, que foi denominada de “Nova História Econômica”. Algo que perdurou nos anos de 1970 e 1980, pois alegavam que a História Econômica havia se ligado as formas de poder totalitários e doutrinas em que “esta ofensiva ideológica de pequeno-burguesia intelectualizada revelou-se uma nova cruzada “pela liberdade”, em que eram combatidas as doutrinas “deterministas e proletárias” (BARBOSA, 1988, p.4).

Diante das críticas a História Econômica pelo seu desenvolvimento sem um objeto de pesquisa especificado, viu-se a História Social como uma possibilidade de análise, trouxe para o seu meio os processos de produções e distribuições de bens materiais. Assim se fez uso das explicações da cultura material para a sua consolidação no campo da história, mesmo não sendo a única forma de explicar as formas econômicas das sociedades como foi colocado ao longo do texto.

Para adentrar aos percursos da História Econômica é necessária trazer para a análise as discussões promovidas por Hobsbawm (2000) em uma palestra na faculdade de economia da Universidade de Cambridge em 1980, em que se destina aos historiadores e economistas para que ocorra uma maior integração ou reintegração entre eles. Evidencia que a economia necessita da história para as suas análises pois faz parte das ciências sociais, forma a “nova” história econômica ou “cliometria”.

Hobsbawm chama a atenção para os modelos teóricos sobre a economia e a sociedade e um deles é o Capitalismo de Marx. O capitalismo formou uma geração

de economistas que consideravam a economia de mercado, o que teria momentos de desenvolvimentos e de instabilidades. Esses modelos teóricos estavam ligados mais as ideias hipotéticas do que realistas, números criados para demonstrarem situações que, por muitas vezes, nem sequer aconteceram. Assim os governos usavam desses conhecimentos criados para indicarem soluções econômicas ou até mesmo se guiar nas ações políticas e sociais.

Mais uma vez Hobsbawm chama a atenção dos economistas com o uso de metodologias de pesquisas que não levaram a uma análise da realidade com os dados criados e hipotéticos, o que os diferenciavam da pesquisa histórica, pois “o que interessa ao historiador é o que eles não têm em comum e por que, e até que ponto essas diferenças explicam os destinos muito diferentes dos povos que permaneceram caçadores-coletores e dos que desenvolveram economias mais complexas” (HOBBSAWM, 2000, s.n).

AS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS BRASILEIRAS COM OS USOS DE HISTÓRIA ECONÔMICA

Como se pode perceber o percurso percorrido pela História Econômica se deu cheio de conflitos quanto a sua própria significação e importância dentro do campo da história e da economia. Caminhos tortuosos não deixaram e, pelo que parece ainda irão continuar, pois a história econômica se dá a observar o que é social mesmo que tenha se desenvolvido para observar as relações econômicas do passado através de definições de campo.

Diante da perspectiva do estudo do passado social pelo viés econômico se delineou a produção de uma historiografia brasileira desde os anos de 1920, momento em que as questões ainda se davam dentro da economia e não tínhamos uma pressão e representação mais evidente pela Escolas dos Annales que vai fortalecer as produções e os debates com as percepções do que seriam História Social. Assim as disputas de poderes dentro do campo histórico para o surgimento de uma Nova História abriram caminhos para a Nova História Econômica.

No Brasil durante os anos de 1920 foram publicadas algumas produções que se enquadram dentro da história econômica *Histórico da Formação Econômica do Brasil* de Victor Viana (1922) e *Pontos de partida para História Econômica do Brasil* de Lemos Brito (1923). Essas produções passaram a ter muita significação dentro da historiografia brasileira por serem marcos do início de uma produção de história econômica e certamente influenciaram novas produções. Além disso pode-se contar como contribuição para a história do Brasil a produção de João Lúcio de Azevedo (1928) com *Épocas de Portugal Econômico* que mesmo tratando da economia portuguesa também se dedicou a analisar a economia colonial brasileira e como mais uma contribuição estrangeira tem-se a produção de J.F. Normato (1935) com a *Evolução Econômica do Brasil*.

Nos anos de 1930 aconteceu a publicação do livro de Roberto C. Simonsen *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1936. Considera-se essa publicação como

um marco na historiografia brasileira pela pesquisa de fontes e pelo sistema interpretativo que apresenta, logo que ela tenta delinear os ciclos da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro, pecuária, coleta etc) com o objetivo de mostrar que cada ciclo se esgotava através do uso de uma economia primária e que o Brasil precisava desenvolver-se no setor industrial, assim como os Estados Unidos.

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “polícias coloniais”, tornarmos-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registrados em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado (SIMONSEN, 1969, p.406/6 apud SAES, 2009, p. 185).

Dessa maneira é visível as ideias de Simonsen quanto ao desenvolvimento econômico brasileiro perante a sua história de explorações baseadas em uma economia primária que não trouxe grandes desenvolvimentos a nação, apenas momentos de desenvolvimentos que logo eram findados com o esgotamento dos recursos naturais ou o pouco investimento que requeriam, ou até mesmo o pouco olhar de investidor dos donos das propriedades rurais que não viam o país como um local de grandes investimentos, mas de exploração até o esgotamento dos recursos. No entanto, deve-se abordar que a produção de Simonsen não se desloca dos acontecimentos nacionais e internacionais ao abordar a industrialização como uma solução aos problemas brasileiros.

Saes (2009) destaca que Simonsen estava vivendo o momento de projeto político e econômico brasileiro em que se defendia um planejamento governamental para o desenvolvimento através da industrialização e que no contexto existia a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o qual ele era um grande entusiasta assim também como Celso Furtado que produziu a obra *Formação Econômica do Brasil* em 1959. Celso Furtado se utiliza da ideia da Grande Depressão dos anos de 1930 nas economias mais periféricas para mostrar os ganhos de uma economia mais industrializada.

Celso Furtado destina-se a mostrar que a transformação de um país de economia escravista deveria ser modificada com as mudanças do tempo e as evoluções econômicas vindas do exterior que no caso seria a transformação de uma economia de base industrial, pois isso era indicativo de melhorias nacionais. Assim fica claro que Celso Furtado tinha como uma das principais mudanças a transformação de uma mão de obra escrava para o trabalhador assalariado, o que garantiria o desenvolvimento de uma economia interna e posteriormente construiria uma industrialização.

De certo modo, para Furtado, a experiência brasileira dos anos 30 (e a latinoamericana, para a CEPAL) sugeria a possibilidade de avanço do processo de industrialização por meio de políticas que reproduzissem ou mantivessem aquelas condições favoráveis. Daí as propostas de uma

política industrial com algum protecionismo, de planejamento econômico, de financiamento governamental para investimentos industriais e de presença do Estado na infra-estrutura e em ramos estratégicos para a industrialização. A História Econômica constituiu um parâmetro fundamental para justificarem-se propostas de políticas de desenvolvimento que, efetivamente, tiveram ampla presença em vários países latino-americanos (SAES, 2009, p. 187).

Essa percepção de uma economia desenvolvida apenas se fosse de base industrial permeou o Brasil durante décadas, em especial até 50, ao ver o desenvolvimento de outras economias mundiais e pelos incentivos que os governos brasileiros tinham do exterior e dos empresários e economistas internos. No entanto, vale ressaltar que essas perspectivas estavam ligadas aos contextos de guerras mundiais onde ocorreram corridas aceleradas para o desenvolvimento industrial, bélico e tecnológico, o que fazia com que a população cada vez mais fosse retirada dos meios rurais e integradas aos meios urbanos como mão de obra necessário. Algo que não aconteceu no Brasil de forma tão acelerada, a vida ainda se manteve bastante ligada ao mundo rural para os brasileiros e os desenvolvimentos industriais se concentraram em apenas algumas cidades.

No entanto existia outra possibilidade de desenvolvimento de pesquisa na história econômica que não era a mesma vertente de pensamento de Celso Furtado, essa vertente desejava que o capitalismo fosse desenvolvido no Brasil. Essa perspectiva do capitalismo se desenvolver estava ligada a ideia de que isso geraria no futuro uma sociedade alicerçada no socialismo, onde o capitalismo em si levaria a um desenvolvimento econômico e social em que as desigualdades sociais iriam sumir. Essa desigualdade sumiria com o capitalismo que dominaria as áreas urbanas brasileiras onde estariam localizados as indústrias e o empresariado, geraria uma grande revolução onde se questionaria os grandes latifúndios e as concentrações econômica, além do imperialismo.

Outro contribuinte para a historiografia brasileira foi Caio Prado Jr que teve os livros publicados nos anos de 1930 a 1960 sendo esses *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966). Esta última é entendida como um marco para o entendimento do capitalismo na história econômica brasileira, logo que Caio Prado Jr. coloca que a substituição da mão de obra escrava pela livre não significava uma mudança nas estruturas do capitalismo, pois o senhor do escravo já obtinha lucro assim como o empresário posteriormente.

Assim a sociedade brasileira já era capitalista desde o uso do escravo e da forma de exploração econômica no período colonial, se dedicava a manter uma estrutura econômica que se voltava ao mercado externo e as explorações internacionais, não conseguia suprir as necessidades da economia local e ainda estava ligada ao mundo rural. Saes (2009) coloca que a mudança brasileira só iriam desaparecer se também sumissem os traços coloniais existentes, desse jeito se chegaria a uma transição do capitalismo para o socialismo defendido por Caio Prado Jr. Outra obra desenvolvida sobre o período colonial no Brasil

foi a tese de Fernando Novais defendida em 1972 em que coloca “o sistema colonial como uma peça fundamental da acumulação primitiva da capital (ou seja, do próprio processo de constituição do capitalismo ao nível mundial)” (SAES, 2009, p. 189).

Ainda na década de 1940 conta-se com as contribuições de Alice Canabrava que se distinguiu das demais produções por seu caráter acadêmico e profissional na produção de História Econômica no Brasil. No ano de 1942 ela defendeu sua tese de doutorado na área de história *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, posteriormente defendeu outra tese *A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)* e na década de 1950 defendeu outra tese *O Desenvolvimento da Cultura de Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. Deve-se dar destaque as numerosas produções de teses acadêmicas em nível de doutorado defendidas por Alice Canabrava por tratar de história do Brasil e de Portugal e por todo o empenho em utilizar de pesquisa documental e bibliográfica, essas sendo fontes primárias impressas de origem espanhola e argentina (SZMRECSÁNYI, 2004, p.27).

As conclusões gerais a que chegou foram de duas ordens. Na primeira, já esperável, Alice Canabrava apontou para a uniformidade do sistema colonial praticado pelas metrópoles exportadoras de açúcar, a qual se manifestava pela exploração do trabalho escravo na geração de um produto tropical de alto valor comercial. Mas, na segunda, destacou algumas importantes diferenças entre a situação vigente na época no Brasil e a que predominava na maior parte das Antilhas britânicas e francesas. Nestas prevaleceu, em geral, o absentismo dos proprietários, transformando os engenhos em meros instrumentos de exploração comercial e de especulação financeira. Já no Brasil formara-se desde o início uma classe local de senhores rurais ligados à posse das terras e à propriedade dos escravos, e que foi se aristocratizando por meio de ambas [...] (SZMRECSÁNYI, 2004, p.29-30).

Francisco Iglésias em 1959 produziu *Introdução à Historiografia Econômica e Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*, que foi publicada após sua morte. Dedicou-se tratar do que se chama de evolução da historiografia no Brasil em três momentos:

I. de 1500 a 1854, compreendendo as crônicas e os textos históricos do período colonial e do começo do Brasil independente; II. de 1854 a 1931, desde a publicação do primeiro volume da História Geral do Brasil de F. A. Varnhagen (1816-1878) até a reforma do ensino de Francisco Campos (1891-1968), a qual criou no País Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; e III, de 1931 a nossos dias, quando foram criadas e tiveram grande impulso as Faculdades de Ciências Econômicas (SZMRECSÁNYI, 2004, p.14).

Além disso o Francisco Iglésias reclamava da falta de arquivos econômicos no Brasil o que dificultava para o desenvolvimento de pesquisas em História Econômica, pois para esse não teria como criar história sem que tivessem documentos e fontes preservados em arquivos públicos ou privados. Mesmo assim dedicou-se a produção sobre a história econômica brasileira com as possibilidades de fontes que lhes apareceram.

Diante das complexidades os historiadores econômicos passaram a questionar mais as transformações econômicas, voltaram-se para as transformações das temporalidades, o uso da cliometria e uma maior preocupação com as mudanças econômicas nos contextos sociais. Logo que o risco do anacronismo ainda se faz bastante presente com a importação indevida para uma determinada sociedade historicamente localizada um sistema ou uma racionalidade econômica que são os de nosso tempo. E a “ilusão da sincronidade” que seria a noção de que todos os fatores progridem ou regridem juntos, como se tudo fosse integrado e não tivessem um ritmo próprio (Barros,2008).

Assim se dedicaram a uma nova maneira de perceber as transformações econômicas nas mesmas ou diferentes sociedades, pois as relações econômicas não aconteceriam de uma forma equilibrada e uniforme. Isso chamou cada vez mais a atenção dos historiadores e pesquisadores que perceberam que até mesmo um mesmo local pode ter diversas formas de se relacionar economicamente.

de uma história econômica cujos objetos preferenciais relacionavam-se ao problema do equilíbrio geral de um mercado de bens de serviços, passa-se a problemas com relações entre os desenvolvimentos da economia monetária e o pleno emprego, o custo de vida, o empobrecimento populacional e outras questões mais (BARROS, 2008, p. 25)

A partir da segunda metade do século XX a tendência da historiografia econômica no Brasil se tornou mais complexa diante de uma série de fatores. Os fatores exógenos e endógenos foram tratados como importantes para as análises históricas, também as análises tendem a intercalar de uma forma equilibrada o uso das teorias e das fontes documentais, utilizaram-se as metodologias estatísticas e as análises qualitativas.

Com o desenvolvimento da História Econômica viu-se uma grande quantidade de pesquisas realizadas nos anos de 1970 e 1980, logo que são décadas de surgimento de universidades pelo Brasil e de grupos de pesquisas preocupados com as questões relacionadas ao social, econômico e político. Assim surgem numerosas produções que não se concentravam mais em ver apenas os locais mais desenvolvidos do país, se regionaliza e pluraliza o conhecimento.

Devem ser destacadas as obras de Kátia Matoso com *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX (1978)*, Douglas Libby com *Transformação e Trabalho em uma economia escravista – Minas no século XIX (1988)*, Wilson Cano com *Raízes da Concentração Industrial (1981)*, Geraldo Beauclair com *Raízes da Indústria no Brasil (1992)* e João Fragoso com *Homens na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Barros (2008) afirma que essas produções permitiram a nova historiografia econômica brasileira examinar ritmos internos da economia colonial, suas assincronias em relação ao mercado internacional, as diversidades e pluralidades da economia colonial como sistema exclusivamente escravista-agro-exportador, diretamente dependente dos centros europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história passou por muitas mudanças desde os anos iniciais do século XX com as problemáticas levantadas pelos próprios historiadores e pelos centros Universitários que colocaram em questão a importância da história dentro das ciências humanas e o seu papel de ciência. Isso fez com que os historiadores procurassem estabelecer quais seriam sua importância dentro da ciência, metodologias de pesquisas e como deveriam ser escritas nesta área do conhecimento.

Ao trazer essas discussões para o meio acadêmico foi possível combater as outras formas de fazer história que já estavam consolidadas como era o caso do uso do positivismo onde a fonte documental ganhava uma extrema importância ao conhecimento histórico, pois via-se como uma forma de se dizer a “verdade dos fatos” e o afastamento os interesses dos historiadores no momento da escrita. No entanto, isso se faz questionável por assuntos que eram em grande maioria voltados para os governos, grandes heróis e guerras, pois consolidavam as personalidades e as histórias gloriosas onde os sujeitos comuns eram esquecidos.

A Escola dos Annales durante os anos de 1920 provocou a disputa por espaço no campo da História ao travar uma verdadeira guerra as velhas formas de fazer pesquisa e produção historiográfica. As fontes documentais ganharam novas percepções, pois deveriam ser analisadas para além do que estava escrito, mas nas intenções do que pretendia dizer e houve uma ampliação do que seriam as fontes, já que onde existiria informações sobre o humano no passado deveria ser atraído pelo historiador a fim de ser analisado. E o historiador poderia naquele momento não ser apenas um reprodutor de informações, mas alguém que compreendia e através de suas análises produzir o conhecimento.

O humano no passado passou a ser a motivação das pesquisas, não mais aquele que seria o herói ou o governante, mas todo o humano que poderia ser analisado. Assim surge a Nova História que se dedicaria ao estudo do social, deu-se importância a todo tipo de manifestação humana que pudesse ser analisado através das ciências humanas no passado, e com isso trouxe a economia como uma possibilidade de pesquisa.

A história e a economia se uniram para analisar as sociedades através do uso das diferentes ciências sociais como a antropologia, psicanálise e outras. Ampliou-se ao que poderia ser entendido como história econômica seria o social e não mais o estudo de possibilidades e hipóteses numéricas sobre como os países deveriam se desenvolver economicamente, o que por diversas vezes não levava a nenhum lugar por serem pesquisas anacrônicas e sem fundamentação de pesquisa. Com isso, a História Econômica passou a contribuir de forma efetiva a historiografia ao tratar de assuntos econômicos que não fossem mais dedutivos, mas que tivessem base na realidade do passado e pudesse perceber que cada sociedade, em seu tempo e espaço pode produzir diversas respostas a diferentes perguntas e que os modelos de estudo da economia não são suficientes para dar conta do

passado de forma plural.

Dessa maneira, este artigo tenta mostrar como a História Econômica sofreu alterações ao longo do século XX ao se dedicar as análises baseadas em fontes e em realidades já existentes, sem focar nas projeções de futuros e passados que nunca existiram. Além disso, essa vertente de entendimento sobre o social contribuiu para se pensar o Brasil dentro do contexto econômico, como foi mostrado existiram alguns equívocos ao se pensar o país como parte integrante a uma grande unidade econômica mundial ou nacional que sofreria as mesmas mudanças políticas e sociais com o capitalismo. Mas que ao longo do tempo e com o aprofundamento de pesquisas em fontes documentais se construiu uma nova percepção sobre a história econômica que não deveria transportar para as análises nacionais os modelos de estudos de outros locais e dar uma maior visibilidade para as diversidades e pluralidades locais dentro dos seus próprios tempos.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. **G&DR**. V.4, n.3 (número especial), p. 6-26, ago/2008, Taubaté, SP, Brasil.
- BARBOSA, W. **A História Econômica como Disciplina Independente**. DH-FFLCH-USP, 1988.
- BARROS, José D'Assunção. História Econômica: Considerações sobre um campo disciplinar. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n.11, jan 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os Métodos da história**. Rio de Janeiro: Edições Grassl, 1987.
- HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. A historiografia brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. **Revista Territórios e Fronteiras**. v.2, n.1, jan/jun 2009, p. 182-203.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 14 (1), jan-abr 2004, p. 11-37.